

SECRETARIA JUDICIÁRIA
Edital 1317

De acordo com o Art. 506, III, do CPC, e Art. 171, §1º do Regimento Interno desta Corte, e ainda em conformidade com o Art. 4º, §§ 3º e 4º da lei nº 11.419/2006 faço disponibilizar as Conclusões dos Acórdãos lidos e aprovados em Sessões Ordinárias e/ou Extraordinárias do Egrégio Tribunal de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.017121-9 ORIGEM: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE NATAL/RN.

Apte/apda: Lenice Gomes de Paiva Ferreira. Advogado: Flaviano da Gama Fernandes (3623/RN). Apte/Apda: Ricardo Jorge Azevedo Lima e Cabugi Administradora e Corretora de Seguros. Advogado: José Alexandre Sobrinho (2571/RN). Apte/Apdo: Mafre Vera Cruz Seguradora. Advogado: Carlos Antônio Harten Filho (196357/PE). Apte/Apdo: Tomaz Salustino Araújo Soares. Advogado: Tomaz Salustino Araújo (12279/RN) e outro. Apte/Apdo: Domingos Sávio de Oliveira Marcolino. Advogado: Rodrigo Cavalcanti (4921/RN). Relator: Des. Ibanez Monteiro.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FRAUDE EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. DESVIO DE VERBAS PÚBLICAS. SUPERFATURAMENTO. PRELIMINARES: I – NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE DAS TESES APRESENTADAS. LEGALIDADE. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REJEIÇÃO. II – TESE DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE QUALQUER VÍCIO. PRECEDENTES. REJEIÇÃO. MÉRITO: FRAUDE EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. SUPERFATURAMENTO DO VALOR DO CONTRATO DE SEGURO. PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS ASSOCIADAS COM O INTUITO DE AUFERIREM VANTAGEM EM DETRIMENTO DO ERÁRIO PÚBLICO. ELEMENTO SUBJETIVO EVIDENCIADO. INFRINGÊNCIAS AO ART. 10, V E VIII DA LEI Nº 8.429/92. READEQUAÇÃO DA PENA DE MULTA CIVIL. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA CAPACIDADE ECONÔMICA DO RÉU. SANÇÃO CIVIL DE PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO IMPOSTA À MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A E AOS OUTROS APELANTES DEVE SE LIMITAR AO ENTE PÚBLICO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. EFEITO EXPANSIVO DOS RECURSOS. ART. 1.005 DO CPC. NÃO LIMITAÇÃO DE SUA APLICABILIDADE AO LITISCONSORTE UNITÁRIO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. PRECEDENTE DO STJ E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. APELOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

CONCLUSÃO: ACORDAM os Desembargadores que integram a 2ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em consonância com o parecer do 12º Procurador de Justiça, em rejeitar as preliminares de nulidade da sentença por cerceamento de defesa e de inconstitucionalidade da Lei nº 8.429/92. No mérito, pela mesma votação e em parcial harmonia com o parecer ministerial, **em dar parcial provimento aos**

recursos dos réus para modificar a penalidade imposta, no tocante à multa civil que deverá ser diminuída. Outrossim, limitar a extensão da sanção civil de proibição de contratar com o poder público imposta à MAPFRE Vera Cruz Seguradora S/A ao âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, estendendo esse efeito aos demais litisconsortes, conforme art. 1.005 do CPC, nos termos do voto do relator.

Departamento de Documentação Judiciária da
Secretaria do Tribunal de Justiça, em Natal, 19 de julho de
2017.

Deborah Cristina da Cunha Alencar Celestino
Diretora